

ELEIÇÕES NA ALEMANHA

MUDANÇAS NO SISTEMA PARTIDÁRIO

E O COMPASSO DE ESPERA EUROPEU

Patrícia Daehnhardt

Num sistema internacional desordenado e de já prolongada turbulência política nas relações entre os países europeus, os Estados Unidos, a Rússia e a Turquia, em que as expectativas de liderança recaem cada vez mais sobre a Alemanha, ocorreram as eleições legislativas alemãs. O resultado das eleições de 24 de setembro de 2017 – independentemente da futura coligação governamental que ainda está por constituir-se – seria sempre fundamental para o futuro da Europa, porque a estabilidade política na Alemanha é o pressuposto da estabilidade política europeia. A incógnita não seria a reeleição de Angela Merkel, mas com qual dos restantes partidos a CDU/CSU (União Democrata-Cristã/União Social-Cristã) formaria um governo de coligação.

As conversações entre CDU/CSU, FDP (Partido Democrático Liberal) e Verdes (Aliança 90/Os Verdes), para sondar a hipótese de negociações para uma coligação tripla – ou «Jamaica», como ficou conhecida –, colapsaram em 19 de novembro. Passados dois meses e meio depois das eleições, não só não estão em curso negociações para uma nova coligação governativa como não se perspectiva ainda uma solução favorável a uma de três hipóteses alternativas: primeiro, a constituição de uma terceira grande coligação, entre CDU/CSU e SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha) – um *remake* da Groko (Grande Coligação) – exige um preço alto ao SPD, que perdeu muitos votos depois de ter sido o parceiro júnior da CDU/CSU por duas vezes; segundo, um governo minoritário composto por CDU/CSU e FDP ou CDU/CSU e Verdes, formação nunca tentada na Alemanha do pós-guerra, devido à instabilidade dos

RESUMO

Num sistema internacional desordenado e de já prolongada turbulência política nas relações entre os países europeus, os Estados Unidos, a Rússia e a Turquia, em que as expectativas de liderança recaem cada vez mais sobre a Alemanha, ocorreram as eleições legislativas alemãs. As eleições de 24 de setembro de 2017 penalizaram os dois maiores partidos e representam uma mudança do sistema partidário e da estabilidade política na Alemanha. Passados dois meses e meio depois das eleições, e do fracasso das pré-negociações entre CDU/CSU, FDP e Verdes, discute-se agora as opções de uma nova grande coligação CDU/CSU-SPD, um governo minoritário ou a realização de novas eleições. Esta demora na escolha de uma solução governativa é inesperada e tem implicações para a Europa, porque a estabilidade política na Alemanha é o pressuposto da estabilidade política europeia, e coloca o resto da Europa perante um compasso de espera. O artigo analisa o resultado eleitoral, a evolução desde então e argumenta que as transformações do sistema partidário na Alemanha ajudam a explicar o atual impasse pós-eleitoral: a crescente fragmentação do sistema partidário articulado com a volatilidade eleitoral e com uma acentuada polarização ideológica, o que se reflete, no contexto pós-eleitoral, na existência de sete partidos políticos com representação parlamentar e afirmação de um sistema multipartidário.

Palavras-chave: Sistema partidário alemão, eleições, coligações governativas, sistema multipartidário.



ABSTRACT

ELECTIONS IN GERMANY: CHANGES IN THE PARTY SYSTEM AND EUROPE PUT ON HOLD

The German Bundestag elections took place amidst a disorderly international system and ongoing political turmoil in relations between European countries, the United States, Russia and Turkey, where leadership expectations increasingly fall on Germany. The elections of 24 September 2017 penalized the two largest parties and confirmed a change of the party system and of German political stability. Two and a half months after the elections, and the failure of pre-negotiations between CDU/CSU, FDP and the Greens, the options for a new CDU/CSU-SPD grand coalition, a minority government or new elections are still open. This delay in finding a solution for government formation is unexpected and has implications for Europe because political stability in Germany is the prerequisite of European political stability and because it puts the rest of Europe on hold. The article analyses the electoral outcome, the evolution of the party system since then, and argues that the transformations of the German party system help explain the current post-election impasse: increased fragmentation of the party system, electoral volatility and a marked ideological polarization, which is reflected, in the post-election context, in the existence of now seven political parties with parliamentary representation and the affirmation of a multi-party system.

Keywords: German party system, elections, coalition-building, multiparty system.

governos minoritários da República de Weimar, conhecida pelo seu alto grau de fragmentação e polarização que entrou em colapso no início da década de 1930; terceiro, a realização de novas eleições, o que, para além de atrasar a formação do novo governo, poderia fortalecer ainda mais o novo partido populista AfD (Alternativa para a Alemanha).

A demora na escolha de uma solução governativa para o país mais relevante na Europa é surpreendente e inesperada e coloca o resto da Europa perante um compasso de espera, mesmo que a grande coligação da anterior legislatura continue em funções. Noutros países europeus – como a Holanda, a Bélgica, e a Espanha – assistiu-se nos últimos anos a negociações igualmente complexas e prolongadas para a constituição de um governo, facto que se prende com a crescente fragmentação partidária, volatilidade eleitoral e polarização ideológica registada nestes países, e que confirma a tendência de mudança nos sistemas partidários de vários países europeus, em direção a parlamentos mais fragmentados, a exigir um número maior de partidos necessários para a formação de governo.

Este artigo analisa os resultados das eleições legislativas alemãs de setembro de 2017. O argumento é que o resultado eleitoral confirma a mudança do sistema partidário alemão em curso desde há uma década: a crescente volatilidade eleitoral, interligada com uma acentuada polarização ideológica, confirma a fragmentação do sistema partidário e um sistema político-partidário mais fluído, o que se traduz atualmente na existência de sete partidos políticos com representação parlamentar e na transição para um sistema multipartidário. O artigo conclui que a atual dificuldade do processo de constituição de um novo governo é consequência dessas mesmas transformações do sistema partidário – a transição do bipartidarismo para o multipartidarismo, em que três ou mais partidos podem formar a coligação governativa.

AS ELEIÇÕES DE 24 DE SETEMBRO: O CHOQUE ESPERADO?

O resultado das eleições legislativas alemãs de 24 de setembro de 2017 provocou três surpresas e confirmou a alteração do panorama partidário alemão. A primeira surpresa não se deveu ao facto de a CDU/CSU ter sido, sob liderança de Angela Merkel, pela

terceira vez consecutiva o partido mais votado, possibilitando a Merkel tornar-se a chanceler da Alemanha pela quarta vez, mas sim a baixa percentagem obtida pelo partido CDU/CSU, com uns meros 33 por cento dos votos, o número mais baixo em 68 anos de democracia alemã, quando a maioria das sondagens indicava entre 36 e 38 por cento. Desde que Angela Merkel se tornou chanceler em 2005, o seu partido obteve 35,2 por cento dos votos em 2005, 33,8 por cento em 2009 e 41,5 por cento em 2013, respetivamente, como se depreende da tabela 1. O resultado de 2017 mostra que a estabilidade económica e os indicadores de uma economia alemã forte não foram determinantes como tema eleitoral para que fosse garantida a continuidade da coligação governativa e da estabilidade política. Terão sido antes questões de política europeia, como a crise da zona euro e a crise dos refugiados, com implicações para a segurança interna que apelaram aos eleitores cristãos-democratas¹.

Tabela 1 > Resultados das eleições legislativas desde a unificação

Ano eleitoral	CDU/CSU	SPD	FDP	Verdes	PDS-Die Linke	AfD	Outros	Participação eleitoral
1990	43,8	33,5	11,0	5,1	2,4	-	4,5	77,8
1994	41,4	36,4	6,9	7,3	4,4	-	3,5	79,0
1998	35,1	40,9	6,2	6,7	5,1	-	5,9	82,2
2002	38,5	38,5	7,4	8,6	4,0	-	2,8	79,1
2005	35,2	34,2	9,8	8,1	8,7	-	3,8	77,7
2009	33,8	23,0	14,6	10,7	11,9	-	6,0	70,8
2013	41,5	25,7	4,8	8,4	8,6	4,7	6,2	71,5
2017	33,0	20,5	10,7	8,9	9,2	12,6	5,0	76,2

Fonte: Bundeswahlleiter, 2017. Disponível em: www.bundeswahlleiter.de.

A segunda surpresa foi o anúncio do líder do SPD, Martin Schulz, poucos minutos após o fecho das urnas, de que o seu partido não estaria disponível para entrar em negociações sobre uma terceira grande coligação com a CDU/CSU, pelos 20,5 por cento dos votos recebidos, um dos piores resultados alguma vez obtidos pelo SPD, para dar oportunidade à social-democracia alemã de se renovar ideologicamente ao mesmo tempo que seria o maior partido da oposição. No quadro parlamentar, esta opção retiraria ao

AfD a hipótese de se tornar o maior partido da oposição, já que o FDP obteve 10,7 por cento, Die Linke 9,2 por cento e Os Verdes 8,9 por cento.

A terceira surpresa foi precisamente o facto de o AfD, partido populista de direita, eurocético e anti-imigração, ter sido o terceiro partido mais votado, obtendo 12,6 por cento dos votos, tornando-se sem dificuldade o sétimo partido com assento no Bundestag, e elegendo 94 deputados, apenas quatro anos após a sua criação. Na antiga Alemanha Democrática, onde o desemprego e a recusa da política de imigração criaram ressentimento contra a elite política de Berlim, o AfD obteve mesmo 22 por cento dos votos². O AfD tinha alcançado, em 2016, um conjunto de vitórias eleitorais regionais, e o receio de que poderia vir a reproduzir o sucesso a nível nacional confirmou-se em

ESTE NOVO CONTEXTO PÓS-ELEITORAL CONFIRMA AS ALTERAÇÕES NO SISTEMA PARTIDÁRIO ALEMÃO: UMA CRESCENTE VOLATILIDADE ELEITORAL; A FRAGMENTAÇÃO DO UNIVERSO PARTIDÁRIO ALEMÃO; E UMA ACENTUADA POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA. POLITICAMENTE, AS ELEIÇÕES CONFIRMARAM UMA VIRAGEM À DIREITA, COM O REGRESSO DO FDP, E UMA VIRAGEM À DIREITA RADICAL, COM A ENTRADA DO AFD.

24 de setembro. Entretanto, e na sequência do fracasso da constituição da coligação «Jamaica», se se constituir uma nova grande coligação CDU/CSU-SPD (algo incerto à data da publicação deste artigo), o AfD será o maior partido da oposição no Bundestag. Este novo contexto pós-eleitoral confirma as alterações no sistema partidário alemão: uma crescente volatilidade eleitoral, decorrente de uma menor lealdade partidária e decisões de última hora; a fragmentação do

universo partidário alemão, com o aumento do número de partidos com potencial de alcançar representação parlamentar; e uma acentuada polarização ideológica, pela inclusão de temáticas até então ausentes do discurso político. Politicamente, as eleições confirmaram uma viragem à direita, com o regresso do FDP (10,7 por cento), e uma viragem à direita radical, com a entrada do AfD (12,6 por cento).

De entre os três cenários possíveis para a formação de governo, dois foram afastados pouco depois das eleições. O primeiro, a hipótese de uma nova grande coligação entre a CDU/CSU e o SPD, à semelhança do que aconteceu em 2005 e em 2013, foi rejeitada categoricamente pelo líder social-democrata, Martin Schulz. Apesar da euforia que a nomeação de Schulz como novo líder e candidato do SPD desencadeara, entre a sua nomeação em março de 2017 e até ao verão, Schulz foi incapaz de convencer o tradicional eleitorado social-democrata e potenciais novos eleitores a não darem o seu voto aos partidos mais pequenos. Contudo, a perda de eleitorado tradicional do SPD, na realidade, tem-se acentuado desde a Agenda 2010 do então chanceler Gerhard Schröder, em 2002, um programa económico de reformas laborais para retirar a Alemanha – o «homem doente do euro», como o *The Economist* titulava, em inícios de 2000 – da crise económica, quando mais de quatro milhões de alemães estiveram desempregados³. As eleições legislativas de 2005, em que o SPD recebeu 34,2 por cento dos votos, 4,3 por cento menos do que em 2002, foi a resposta do tradicional eleitorado social-democrata,

desiludido com o que via como uma política excessivamente penalizadora para os trabalhadores alemães. No início da crise das dívidas soberanas foi o ministro das Finanças social-democrata, Peer Steinbrück, na primeira grande coligação, quem impôs a *Schuldenbremse*, o travão da dívida, posteriormente imposto a toda a zona euro⁴. Apesar de Martin Schulz se ter distanciado da Agenda 2010, de ter reivindicado uma política de investimento para os países da Europa do Sul e de ter escolhido o tema da «justiça social» para a campanha eleitoral, não se conseguiu individualizar no seio do SPD, e face ao seu parceiro de coligação CDU, foi duplamente penalizado pela memória negativa da Agenda 2010 e pelo estatuto de parceiro júnior nas duas anteriores coligações com a CDU/CSU.

O segundo cenário, uma potencial coligação entre os cristãos-democratas de Merkel e os liberais de Christian Lindner, do FDP, tornou-se inviável já que, ao alcançarem, conjuntamente, apenas 43,7 por cento dos votos, representariam um governo minoritário. Na tradição partidária alemã do pós-guerra, um governo minoritário fazia lembrar o período instável da República de Weimar, fustigada por governos minoritários, o que, para muitos cientistas políticos, facilitou a ascensão do nacional-socialismo na década de 1930.

O terceiro cenário – uma coligação entre CDU/CSU, FDP e Verdes –, foi considerado a única hipótese viável, totalizando estes partidos conjuntamente 52,5 por cento dos votos, e aquela que começou a ser sondada, entre os quatro partidos, a partir de meados de outubro, para verificar se existiam condições para entrarem em negociações para a constituição de um governo de coligação, apelidado de coligação «Jamaica», por as cores da bandeira deste país representarem as cores políticas dos partidos em causa. Uma coligação CDU/CSU-FDP-Verdes, a constituir-se, teria sido uma constelação partidária inédita, a nível federal. Mas as conversações adivinhavam-se complexas, dadas as divergências programáticas principalmente entre o FDP, Os Verdes, e a CSU (União Cristã-Social), no que toca à política económica, questão dos refugiados e política de integração europeia. As diferenças entre o FDP, favorável a uma maior desregulamentação financeira, redução de impostos e reforço da política de controlo sobre as transferências monetárias para os países do Sul, e Os Verdes, focados numa política de migração mais abrangente e uma política ambiental inovadora, eram particularmente visíveis. A posição da CSU quanto ao tratamento da política migratória, ao insistir na definição de um número limite de entrada de imigrantes no país, contrastou com a posição mais liberal d'Os Verdes e mesmo da CDU. Em algumas questões, por exemplo, relativamente à Rússia, a CDU e Os Verdes estiveram mais próximos do que a CSU e o seu tradicional parceiro FDP, com os primeiros a defenderem o cumprimento escrupuloso do Tratado de Minsk, de fevereiro de 2015, sobre a pacificação do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, e o FDP a mostrar-se favorável ao fim gradual das sanções económicas à Rússia, tendo Lindner, durante a campanha eleitoral, sugerido considerar a questão da anexação da península da Crimeia pela Rússia, em março de 2014, como

uma situação «provisória permanente» para relançar as relações bilaterais. Contudo, terá sido na política europeia que houve a maior divergência entre as posições dos quatro partidos⁵, nomeadamente quanto à forma de como definir as ajudas europeias (da Alemanha) aos países da zona euro em crises futuras, com o FDP, por exemplo, a não aceitar o mecanismo de estabilização financeira ou a discordar das propostas do Presidente francês Emmanuel Macron sobre um ministro das finanças europeu, um orçamento comum da zona euro ou um parlamento da zona euro⁶.

Tabela 2 > Distribuição de assentos parlamentares (790 no total)

Partido	Assentos	Varição com 2013
CDU	200	-55
CSU	46	-10
SPD	153	-40
FDP	80	80
Verdes	67	-4
Die Linke	69	-5
AfD	94	94

O COLAPSO DO PROJETO «JAMAICA» – CRISE POLÍTICA EM BERLIM⁷

Ao fim de quatro semanas de conversações, em 19 de novembro, o líder do FDP, Christian Lindner, anunciou inesperadamente a saída do seu partido das conversações sobre uma coligação «Jamaica», quando afirmou que «é melhor não governar do que governar mal». Com isto, o FDP desencadeou o colapso da tentativa de constituição do novo governo alemão e uma crise política em Berlim, dois meses após as eleições legislativas⁸. As opiniões divergiram quanto à interpretação da posição de Lindner: se para uns ela significava que o FDP queria manter-se fiel aos princípios e às políticas prometidas aos eleitores no programa eleitoral, e de que havia limites à convergência de posições à custa da traição do programa partidário, para outros era reflexo de que o partido, ausente do Bundestag na legislatura anterior, não estava ainda preparado para assumir responsabilidade governativa, e que colocava os interesses do partido à frente dos do país⁹. As interpretações sobre o colapso das conversações iniciais divergiram. Para alguns analistas, representava um terramoto político, com consequências difíceis para a Europa, devido ao desequilíbrio causado¹⁰; para outros, como Josef Joffe, por

exemplo, esta crise era o «início do fim de Merkel¹¹»; e para outros, representou o fim do excepcionalismo alemão – de estabilidade política e de uma cultura de consenso – na Europa, e o receio do acentuar da instabilidade política na Alemanha. Stephen Szabo, por seu turno, considera que as condições atuais assemelham-se ao período da República de Weimar, porque temos hoje na Alemanha um «sistema multipartidário (que) produziu partidos extremistas tanto à direita como à esquerda» que «começaram a paralisar o funcionamento da democracia parlamentar», o que resultou num «sistema multipartidário que é incapaz de produzir governos estáveis»¹². Para Szabo, as raízes do descontentamento prendem-se com o pessimismo cultural e o receio de perda de identidade que sentem os alemães da antiga Alemanha Democrática (RDA), zona aliás onde tanto o Die Linke como o AfD têm o maior número de apoiantes.

O Presidente federal, Frank-Walter Steinmeier, qualificou a situação de inédita na história da democracia alemã, e exortou os partidos a responderem responsabilmente às expectativas do eleitorado de constituição de um novo governo. Do impasse político em que a Alemanha se encontra atualmente ressalta o enfraquecimento das lideranças político-partidárias de Angela Merkel, Martin Schulz e Horst Seehofer (CSU). A autoridade de Angela Merkel está abalada, pelo resultado eleitoral e por não ter conseguido garantir o início de negociações para a coligação «Jamaica»; mesmo que a sua posição saia reforçada no fim desta crise política, o eleitorado alemão sinalizou o cansaço também com o seu partido¹³. Com um dos piores resultados de sempre – apenas 38 por cento na Baviera e 6,2 por cento a nível federal –, a CSU, partido irmão da CDU, terá uma substituição na liderança: Horst Seehofer será substituído por Markus Söder como candidato à liderança do partido nas eleições regionais da Baviera, no outono de 2018. Por último, Martin Schulz, o novo líder do SPD, trouxe ao partido o pior resultado eleitoral desde a sua criação há mais de 150 anos, não tendo o SPD, em nenhum estado, conseguido ultrapassar os 30 por cento de votos.

Perante este quadro de lideranças políticas enfraquecidas e uma crise política, há três alternativas para resolver o impasse. A primeira, reside na possibilidade de uma nova grande coligação, a terceira no período do pós-Guerra Fria. Depois da sua recusa inicial – para possibilitar ao SPD a renovação ideológica e programática –, Martin Schulz levou a questão ao congresso do SPD, de 7 a 9 de dezembro, para que os delegados decidissem sobre se o partido devia ou não entrar em conversações com a CDU/CSU para a formação de uma nova grande coligação. Os delegados aprovaram uma moção a favor do início de conversações com a CDU/CSU com fim aberto e sem «automatismo» quanto ao resultado – a possibilidade de uma nova grande coligação, apoio a um governo minoritário ou a novas eleições. Na ocasião, Martin Schulz foi confirmado como líder do SPD, com 81,9 por cento dos votos dos delegados, e já não os 100 por cento, como aconteceu quando se tornou líder do partido, em março de 2017.

A segunda opção é um governo minoritário, entre CDU/CSU e FDP, ou CDU/CSU e Verdes. Esta possibilidade não tem muitos adeptos, já que nunca existiu um governo

minoritário na história da República Federal da Alemanha (RFA), pelo receio de uma instabilidade política causada por um governo ao qual falta uma base de suporte maioritário. Por último, a possibilidade de eleições antecipadas, a realizar-se possivelmente entre fevereiro e abril de 2018, poderia produzir um resultado eleitoral não muito diferente em termos de hipóteses de constituição de coligação governativa. A não ser que ocorresse uma viragem significativa do eleitorado à esquerda, as possibilidades de coligação voltariam a ser CDU/CSU e FDP, CDU/CSU, FDP e Verdes, ou a Grande Coligação CDU/CSU e SPD. Por outro lado, novas eleições trariam o risco de o AfD vir a alcançar um número de votos ainda maior, se mais eleitores interpretarem esta crise como prova da incapacidade dos partidos políticos estabelecidos para resolverem problemas, o que alteraria ainda mais o equilíbrio de votos a seu favor no Bundestag.

FRAGMENTAÇÃO E POLARIZAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO ALEMÃO

Apesar da incerteza de como a crise em Berlim será resolvida, é possível afirmar-se que as eleições alemãs de 2017 representam uma alteração no panorama político-partidário alemão. Tendo em conta que a estabilidade do sistema partidário condiciona a estabilidade política da República Federal – conhecida como um «Estado partidário (*Parteiensstaat*) eficiente» – uma mudança no primeiro tem reflexos no segundo¹⁴. Nos últimos anos, esse sistema sofreu mudanças consideráveis, com a diminuição do número de membros dos grandes partidos e a incapacidade destes em mobilizar novos membros,

O SISTEMA PARTIDÁRIO ALEMÃO, NUM PERCURSO EVOLUTIVO DE MAIS DE TRÊS DÉCADAS, AFIRMA-SE AGORA COMO UM SISTEMA MULTIPARTIDÁRIO, ONDE A CONSTITUIÇÃO DE COLIGAÇÕES GOVERNATIVAS EFICAZES SERÁ MAIS COMPLEXA.

a diminuição da participação eleitoral e o comportamento eleitoral volátil, o surgimento de novos partidos e a sua capacidade de mobilização através dos *social media*; estes indicadores tornaram o sistema partidário alemão mais fluído. Para além disso, o caso partidário alemão segue a atual tendência europeia de crescente fragmentação

e polarização partidária ligada ao surgimento de partidos populistas, como se verificou com a entrada do AfD para o Bundestag. Por último, o sistema partidário alemão, num percurso evolutivo de mais de três décadas, afirma-se agora como um sistema multipartidário, onde a constituição de coligações governativas eficazes será mais complexa. Vários fatores explicam estas mudanças. Em primeiro lugar, o resultado eleitoral evidenciou a tendência de crescente fragmentação e polarização partidária. Contudo, esta fragmentação não é nova, porque decorre de um processo gradual que vem desde a década de 1980. O sistema partidário alemão pode ser caracterizado como percorrendo quatro períodos. Num primeiro período, a estabilidade política da Alemanha assentava na existência de dois grandes partidos, a CDU e o SPD, os dois *Volksparteien*, onde o FDP, o pequeno partido dos liberais, atuava como o fiel da balança, no que Karl-Rudolf Korte

denominou de «sistema de dois partidos e meio» (*Zweieinhalbparteiensystem*)¹⁵. Este sistema caracterizava-se por uma alternância no poder dos dois grandes partidos com o parceiro júnior, que Franz Pappi classificou como um modelo de «relacionamento triangular»¹⁶. Entre 1949 e 1966, a CDU/CSU foi o partido dominante no governo da coligação com o FDP; entre 1969 e 1982, o SPD formou o governo, em coligação com o FDP. Por um breve período excecional, entre 1966 e 1969, a República Federal viveu o primeiro governo de grande coligação entre CDU/CSU e SPD.

O que caracterizou o sistema partidário da RFA até à unificação foi o facto de a CDU/CSU e o SPD terem-se constituído enquanto *catch-all parties*, como os *Volksparteien*. Otto Kirchheimer definiu os *catch-all parties* como partidos eleitos pela maioria dos eleitores, abertos a uma variedade de grupos de interesse e posicionados ao centro do espectro político, em detrimento de uma identidade excessivamente ideológica e focalizada na diferenciação entre classes sociais, e um papel menos importante para a participação tradicional dos partidos¹⁷. Os *catch-all parties* caracterizavam-se por uma flexibilidade multitemática, alta convergência ideológica, consenso transversal e maximização do apelo eleitoral para todas as classes sociais¹⁸. Nessa altura, o sistema partidário alemão caracterizou-se pela «política de centralidade», baseada em uma nova cultura pós-guerra, onde os dois maiores partidos agiram de acordo com a moderação ideológica num sistema de partido flexível mas coeso, sujeito a uma baixa volatilidade eleitoral e fragmentação partidária¹⁹.

Após este período prolongado de estabilidade e concentração do sistema partidário, a criação do Partido Os Verdes em 1980, e sua entrada no Bundestag em 1983, como um partido de esquerda pós-materialista e ecológico, iniciou o segundo período, com o começo da fragmentação do sistema partidário. A inclusão de um novo partido abriu a possibilidade de uma coligação governamental adicional, entre o SPD e Os Verdes, e conduziu à dinâmica de desconcentração, com a CDU/CSU e o FDP a formarem o governo de coligação, e tendo o SPD e Os Verdes como oposição. A entrada d'Os Verdes no Bundestag terminou «um período de representatividade insuficiente do sistema partidário alemão» sem implicar uma crise do sistema partidário²⁰. Quinze anos depois, isso levou ao primeiro governo de coligação SPD-Verdes após as eleições de 1998, quando o FDP perdeu o seu papel tradicional como único parceiro júnior de um dos dois grandes partidos, e Os Verdes integraram a coligação do governo federal pela primeira vez, pondo termo a 16 anos de coligação CDU/CSU e FDP.

O terceiro período começou após a unificação alemã, quando o Partido do Socialismo Democrático (PDS), que incluiu membros do partido comunista SED (Partido da Unidade Socialista da Alemanha) da antiga RDA, passa a integrar o universo partidário, agora caracterizado por cinco partidos: CDU/CSU, SPD, FDP, Verdes e PDS. Alguns argumentaram que a unificação produziu dois sistemas partidários diferentes, um sistema de quatro partidos nos estados ocidentais alemães e um sistema tripartido nos estados do Leste da Alemanha²¹. Mas este alargamento não alterou em muito o sistema partidário alemão (uma vez que o PDS foi visto como o partido regional da Alemanha Oriental,

representante de um eleitorado desiludido com os problemas económicos que a unificação não tinha resolvido, e, portanto, essa transformação não marcou uma rutura no sistema parlamentar federal.

O quarto período prende-se com a crise da zona euro. A estratégia da oposição parlamentar – SPD, Verdes ou Die Linke – à forma como o Governo CDU/CSU e FDP (2009-2013) conduziu a resposta alemã à crise das dívidas soberanas foi considerada errada por parte de um conjunto de economistas e académicos – que reivindicavam a saída da Alemanha da zona euro – dando origem a um novo partido, o AfD, em 2013. A ousadia de contestar abertamente a posição dos partidos pró-europeus valeu ao novo partido uma base eleitoral que, nesse mesmo ano, lhe atribuiu 4,7 por cento dos votos nas eleições legislativas, a 0,3 pontos percentuais de entrarem para o Bundestag. A recessão económica e a crise da zona euro, que não atingiram o bem-estar económico dos alemães, provocaram um efeito político adverso com a emergência do primeiro partido eurocético alemão²². Contudo, este facto pode ser contrariado com o argumento que, devido à seriedade da crise da zona euro na Europa, a fragmentação partidária, em 2013, parecia diminuir, quando os dois grandes partidos obtiveram, em conjunto, 67,2 por cento dos votos, contra 56,8 por cento obtidos em 2009, levando alguns a falar do «regresso ao sistema de dominância de dois partidos», e quando o FDP não conseguiu entrar no Bundestag²³.

Um segundo fator externo, a crise dos refugiados, cujo auge foi em 2015, levou o AfD a ampliar a sua identidade política, acrescentando ao euroceticismo uma posição xenófoba e anti-imigração. O que tornou este partido o terceiro mais votado nas eleições de 2017, com 12,6 por cento, explica-se pelo aumento da volatilidade eleitoral e uma decrescente lealdade partidária do eleitorado, e decisões eleitorais tomadas a curto prazo. Numa sociedade caracterizada pela crescente individualização e pluralização política, a diferença programática, com a abordagem populista de temáticas como o terrorismo e a segurança interna, e uma ideologia xenófoba, contrária à política dos refugiados da chanceler Merkel, retirou votos a quase todos os outros partidos²⁴. A desconfiança dos eleitores em relação ao *establishment* político e aos partidos instituídos, e a percecionada falta de sinceridade na resposta do Governo às múltiplas crises que emergiram na política alemã e europeia produziu um eleitorado novo aberto a partidos anti-*establishment* e populistas²⁵. O sucesso do AfD assenta num fenómeno europeu atual, caracterizado pela oposição à ordem liberal ocidental, por uma atitude negativa em relação à União Europeia (UE) como instituição, aos direitos das minorias, e uma forte identidade ideológica²⁶. No caso alemão, o AfD conseguiu nestas eleições substituir o Die Linke como partido de protesto com representatividade parlamentar, e reivindicando representar os *Wutbürger*, os cidadãos que manifestam a sua indignação sobre decisões políticas através de protesto público geralmente violento.

Como consequência do aumento da volatilidade eleitoral e da decrescente lealdade de voto para com o mesmo partido, particularmente na antiga Alemanha Oriental, onde

Die Linke e AfD têm os seus apoiantes mais fortes, os resultados eleitorais e as coligações governamentais são cada vez mais difíceis de prever²⁷. Além disso, o comportamento dos eleitores tornou-se mais difuso, com um maior número de eleitores a decidirem em função apenas de um candidato ou de um tema, em vez de manterem a lealdade ao seu partido tradicional. O aumento do número de partidos com representação no Bundestag – Os Verdes, em 1983, o PDS (depois Die Linke), na década de 1990, e, em 2017, o AfD –, alterou o equilíbrio partidário e foi feito à custa dos grandes partidos, os *Volksparteien*, até então detentores quase exclusivos da maioria das escolhas do eleitorado²⁸. Na eleição de 2017, os quatro pequenos partidos – FDP, Verdes, Die Linke e AfD – obtiveram, em conjunto, 41,4 por cento dos votos, reforçando a tendência de crescimento dos pequenos partidos, da polarização ideológica e do enfraquecimento relativo dos dois partidos tradicionais, tendo a CDU/CSU e o SPD, em conjunto, obtido apenas 53,5 por cento dos votos, o valor mais baixo desde a unificação alemã. Contudo, existe uma assimetria estrutural no domínio dos principais partidos, tendo o SPD perdido um maior número de votos, oscilando entre os 20,5 por cento, em 2017, e 34,2 por cento em 2005. Neste sentido, a «persistente crise de identidade e de confiança» que T. Meyer identificava, em 2012, no SPD, questiona a continuidade do seu papel como um *catch-all party*, enquanto William Paterson e J. Sloan sugeriam, em 2010, que a CDU/CSU é a única *Volkspartei* remanescente²⁹. A eleição de 2017, no entanto, questiona também a solidez da CDU como *Volkspartei*³⁰. De facto, a criação do AfD injetou maior fluidez no sistema partidário, porque atua como um adversário da CDU/CSU como até então apenas tinha acontecido com o SPD, com o surgimento d’Os Verdes e do PDS, posteriormente Die Linke.

As eleições de 2017 confirmaram assim a passagem para um sistema mais fluído de sete partidos com a inclusão do novo partido de direita. A dificuldade do SPD, mas também crescentemente da CDU, em garantir a lealdade dos seus eleitores para continuarem a ser os *Volksparteien* ilustra que o sistema partidário alemão é agora multipartidário, onde uma coligação de um grande e um pequeno partido (CDU/CSU e FDP; SPD e Verdes), como aconteceu entre 1949 e 2005, ou uma grande coligação (CDU/CSU e SPD), como aconteceu duas vezes desde então, pode já não ser possível devido à excessiva dispersão de votos.

Em segundo lugar, outro fator que explica as mudanças no sistema partidário alemão prende-se com a crescente polarização ideológica. A polarização ideológica ajuda a determinar a homogeneidade ou heterogeneidade de um sistema partidário, levando em consideração os problemas ideológicos conflitantes fundamentais entre a concorrência partidária e o posicionamento dos partidos em determinadas questões. Russell

O COMPORTAMENTO DOS ELEITORES
TORNOU-SE MAIS DIFUSO, COM UM MAIOR
NÚMERO DE ELEITORES A DECIDIREM
EM FUNÇÃO APENAS DE UM CANDIDATO
OU UM TEMA, EM VEZ DE MANTEREM
A LEALDADE AO SEU PARTIDO TRADICIONAL.

Dalton define a polarização do sistema partidário como refletindo «o grau de diferenciação ideológica entre os partidos políticos de um sistema»³¹. Significativamente, os *Volksparteien* contribuíram para que, no período das duas grandes coligações, entre 2005 e 2009, e 2013 e 2017, inadvertidamente, a centralização ideológica que ambas promoveram fortalecesse os pequenos partidos e o surgimento de novos, que vieram a ocupar o espaço vazio deixado nas franjas políticas, tanto à direita como à esquerda do espectro político³². O reposicionamento ideológico da CDU, refere Nico Siegel, «em terreno social-democrata e libertário trouxe um alto preço. A União está a desmobilizar a clientela conservadora e a preparar o caminho para uma mobilização assimétrica do potencial eleitoral de protesto através da "Grande Coligação Centro" com o SPD»³³. Com a eleição de 2017, os dois partidos extremos, de campos opostos, Die Linke e o AfD, ganharam representação política, tendo alcançado, em conjunto, 21,8 por cento dos votos. Para alguns analistas, a entrada do AfD para o Parlamento alemão constitui o «fim do excecionalismo alemão», por representar o fim da ausência de um partido radical de direita, eurocético e anti-imigração, ou seja, uma «normalização» político-partidária semelhante ao que acontece em outras democracias europeias, onde partidos

SE A QUESTÃO DA POLÍTICA DE MIGRAÇÃO ALEMÃ FOI O CATALISADOR QUE EXPLICA A POPULARIDADE DO NOVO PARTIDO XENÓFOBO, AS CAUSAS QUE EXPLICAM POR QUE É QUE MAIS DE 22 POR CENTO DOS ELEITORES NA ANTIGA RDA VOTARAM NELE, PRENDEM-SE POSSIVELMENTE MAIS COM O CRESCENTE RESENTIMENTO CONTRA A ELITE POLÍTICA EM BERLIM E A PERCEÇÃO DE QUE O LESTE ALEMÃO CONTINUA A SOFRER COM AS CONSEQUÊNCIAS DE UMA POLÍTICA DE UNIFICAÇÃO ALEMÃ MAL GERIDA.

populistas e radicais de direita – como na França, Polónia, Hungria, Áustria, Holanda, Finlândia e Suécia – integram a composição parlamentar³⁴. A introdução de um novo fator, a política de identidade, ou *identity politics* – que faz uma distinção entre cidadãos cosmopolitas e globalizados, por um lado, e cidadãos nacional-conservadores, por outro, ou entre cosmopolitismo e comunitarismo adaptado ao sistema partidário – atravessa todo o quadro partidário europeu³⁵. Isto tende a promover a radicalização do discurso: o AfD poderá mover o

discurso sobre a política para os refugiados mais para a direita do espectro partidário no Parlamento o que poderá conduzir à radicalização do discurso político em Berlim, se os partidos tradicionais se sentirem pressionados para mover o discurso à direita, como forma de retirar votos ao AfD³⁶.

O novo partido – AfD – deve a sua entrada para o Bundestag provavelmente à resposta de Merkel à crise dos refugiados, no verão de 2015, quando a Alemanha deixou entrar, sem qualquer registo de entrada, quase um milhão de refugiados, maioritariamente pessoas que fugiam da guerra civil na Síria. Mas se a questão da política de migração alemã foi o catalisador que explica a popularidade deste novo partido xenófobo, as causas que explicam por que é que mais de 22 por cento dos eleitores na antiga RDA votaram nele, prendem-se possivelmente mais com o crescente ressentimento contra a

elite política em Berlim e a percepção de que o Leste alemão continua a sofrer com as consequências de uma política de unificação alemã mal gerida. O sucesso do AfD no Leste da Alemanha reflete ainda a volatilidade deste eleitorado, que após a unificação se reviu nas propostas políticas do partido de esquerda Die Linke, antiga PDS, herdeira do SED, partido comunista da RDA, e que, volvidos 27 anos, oscila para o outro extremo partidário, não se revendo nas políticas dos partidos estabelecidos.

Esta polarização partidária fez com que a constituição de coligações governativas se torne cada vez mais complexa, consequência da crescente partilha de votos entre um maior número de partidos e da necessidade de uma clara diferenciação ideológica entre eles. Esta situação, apesar de ter representado um choque, não é, no entanto, completamente nova: o espectro dos partidos representados nos parlamentos regionais tem vindo a ampliar-se e, como resultado, a formação de governos requer soluções mais criativas que tendem a envolver mais partidos, confirmando o novo multipartidarismo. Esta polarização ideológica é, por vezes, acompanhada por uma volatilidade quanto às posições políticas assumidas. Isto verifica-se, por exemplo, no SPD, que tem tentado combater a perda de eleitorado desde 2005, e o seu estatuto como *Volkspartei*, com uma dispersão ideológica que lhe tem, contudo, sido prejudicial³⁷. Esta perda deve-se, em parte, ao facto de o SPD ter sido o parceiro júnior da CDU/CSU, nos dois governos da Grande Coligação e no consequente esvaziamento ideológico que levou o SPD, sob liderança de Sigmar Gabriel, entre 2005 e 2017, a fazer concessões ao centro-direita do partido de Angela Merkel, ao mesmo tempo que este último se apropriava de temáticas ideologicamente localizadas no centro-esquerda, esvaziando o SPD do seu próprio conteúdo. Uma sobreposição ideológica entre os dois partidos tornou-se evidente durante a campanha eleitoral, quando se tornou difícil distinguir as diferenças programáticas entre a CDU e o SPD, entre Merkel e Schulz, por exemplo, quanto às propostas do Presidente francês Emmanuel Macron sobre a reforma da zona euro, ou sobre a resolução da crise dos refugiados. Os analistas políticos foram unânimes em considerar que o único debate televisivo entre Merkel e Schulz, em inícios de setembro, mais se assemelhou a um dueto entre dois líderes partidários do que um duelo, evidenciando um excessivo grau de consenso intrapartidário que foi penalizado pelos eleitores tradicionais dos dois partidos³⁸. Ao mesmo tempo, esta viragem ao centro do SPD inviabilizava uma potencial coligação dos três partidos da esquerda alemã – SPD, Verdes e Die Linke –, o que, pelo menos em termos percentuais, teria sido possível em 2005 e 2013. Em 2017, esta coligação já não foi teoricamente viável em termos de uma alternativa ao atual impasse pós-eleitoral, perfazendo apenas 38,6 por cento dos votos. Contudo, o posicionamento do Die Linke face a questões como a integração europeia e a pertença da Alemanha à NATO seria sempre uma barreira a uma coligação deste tipo a nível do governo federal.

O atual dilema pós-«Jamaica» do SPD reside na constatação de que a possibilidade de uma nova «grande coligação» colocaria o SPD novamente numa posição de «parceiro júnior» da CDU, o que, mais uma vez, não ajudará o partido a recuperar o eleitorado

desiludido, após as duas grandes coligações em que o SPD obteve 23 por cento, em 2009, e 20,5 por cento em 2017, os piores resultados desde 1949.

No seu discurso, Martin Schulz apelou à constituição dos Estados Unidos da Europa (EUE), até 2025, o que sugere um reforço da linha pró-europeia do partido. Contudo, dado o débil estado em que o partido se encontra, é questionável em que medida o apelo a uns EUE seja atrativo para um potencial novo eleitorado.

A EUROPA À ESPERA DA ALEMANHA

O impasse sobre a composição da futura coligação governamental alemã afeta o futuro da Europa e da zona euro. A Europa, e particularmente o Presidente francês Emmanuel Macron, terá de esperar até que a Alemanha tenha um novo governo. Apesar de a grande coligação da anterior legislatura ainda estar em funções, a crise política e o enfraquecimento das posições de Merkel, Schulz e Seehofer afetam a política europeia da Alemanha. As negociações sobre o Brexit tornar-se-ão mais complicadas, pelo aprofundamento do tratamento dos dossiês e com um governo alemão de transição mais constrangido na sua atuação. Por outro lado, juntamente com o Presidente francês,

O IMPASSE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA FUTURA COLIGAÇÃO GOVERNAMENTAL ALEMÃ AFETA O FUTURO DA EUROPA E DA ZONA EURO. A EUROPA, E PARTICULARMENTE O PRESIDENTE FRANCÊS EMMANUEL MACRON, TERÁ DE ESPERAR ATÉ QUE A ALEMANHA TENHA UM NOVO GOVERNO.

o próximo governo terá de redinamizar o motor franco-alemão da UE para aprofundar a integração económica e política e prosseguir com a reforma da zona euro. Tanto Merkel como Schulz concordaram durante a campanha eleitoral com as propostas de Macron para a constituição de um ministro das Finanças europeu e um orçamento comum para o euro. No domínio

da segurança e defesa europeia, Merkel e Macron dinamizaram o aprofundamento da cooperação, tornada mais fácil após a saída do Reino Unido da UE, e com a assinatura por 24 estados-membros da Cooperação Estruturada Permanente (PESCO), da criação de um Fundo Europeu para a Defesa e de um centro de comando da UE para o planeamento militar de missões.

No que se refere à forma como a Europa responde à questão do contínuo fluxo migratório do Médio Oriente e África do Norte, o próximo governo, qualquer que seja a sua composição, deverá exercer maior pressão para a aplicação de padrões de asilo unânimes em toda a UE, incluindo na Húngria e na Polónia, países que continuam a recusar uma distribuição equitativa dos refugiados entre os estados-membros da União. A Alemanha é um de quatro países da NATO que, desde o início deste ano, lidera um batalhão de soldados nos países bálticos – nomeadamente na Lituânia – no âmbito da iniciativa de reforço da segurança territorial da Aliança Atlântica face à política revisionista e destabilizadora da Rússia. Quanto à necessidade de os países europeus contribuírem mais ativamente para a segurança europeia – com dois por cento do PIB

até 2024, conforme reafirmado na cimeira da NATO, em Varsóvia, em 2016 – há divergências entre os partidos, mesmo que haja convergência quanto ao papel mais ativo a desempenhar nesta área. Em relação à diplomacia de Berlim face à Administração Trump e às relações transatlânticas, relações com a Rússia e a Turquia, é possível que novas tónicas sejam introduzidas em função da constelação da futura coligação³⁹. Caso se venha a constituir uma nova grande coligação, é possível perspetivar que o SPD exigia algumas concessões à CDU/CSU, nomeadamente no que se refere à política externa. O apelo de Martin Schulz à constituição dos «Estados Unidos da Europa», até 2025, entre os estados-membros que o desejem, com a exclusão daqueles que optarem por não o fazer da UE, não parece, contudo, ser a forma mais pragmática ou atrativa de o fazer⁴⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao impasse criado pelo resultado eleitoral de setembro, e do colapso das conversações sobre uma coligação «Jamaica», é muito cedo para apresentar uma análise conclusiva. O que se pode, contudo, afirmar é que o sistema partidário alemão se encontra em mudança, com a emergência de um novo partido populista, como acontece atualmente em várias outras democracias europeias. O aumento da fragmentação do sistema partidário, que já vinha de trás, é uma das consequências da eleição de 2017. O regresso do FDP e a entrada do AfD para o Bundestag, em 2017, confirmam a tese da fragmentação partidária, para além de iniciar uma possível viragem à direita. De facto, este resultado eleitoral parece consolidar um sistema fluído de sete partidos, onde a capacidade dos dois grandes partidos para determinar as negociações de coligação e futuro rumo político do país diminuirá ainda mais, contribuindo assim para aumentar a fragmentação do sistema partidário.

Esta situação pode afetar a estabilidade política na Alemanha, tendo em conta as importantes perdas de votação para a CDU/CSU e o SPD, ligadas a uma dificuldade adicional na formação do próximo governo de coligação numa sociedade cada vez mais dividida. Para além disso, a continuação da crise económica, da crise dos refugiados e o crescente populismo, problemas que ainda não foram resolvidos, sugerem que as clivagens ideológicas se tornaram mais importantes novamente. Como consequência, o sistema partidário alemão está num processo de mudança que redefine o enquadramento político-partidário. Apesar de a crise da zona euro não ter tido impacto negativo na economia alemã, deu origem a um partido eurocético populista de direita como uma nova força política. A entrada do AfD no Bundestag está a redefinir os parâmetros do sistema partidário ao nível parlamentar, um sistema cada vez mais fragmentado onde CDU/CSU e SPD se deparam com dificuldades crescentes em permanecer como *catch-all parties* capazes de determinar o rumo político que corresponda às expectativas do eleitorado. A dificuldade do SPD, mas também crescentemente da CDU, em garantir a lealdade dos seus eleitores para continuarem a ser os *Volksparteien* ilustra que o sistema partidário alemão é agora multipartidário, onde uma coligação de um grande e um

pequeno partido (CDU/CSU e FDP; SPD e Verdes), como aconteceu entre 1949 e 2005, ou uma grande coligação (CDU/CSU e SPD), como aconteceu duas vezes desde então, pode já não ser possível devido à excessiva dispersão de votos.

O que parece certo é que a Alemanha está perante a transformação de um sistema de seis para um sistema de sete partidos no Bundestag, e que o partido populista AfD deverá continuar a desempenhar um papel relevante, apesar de problemático, na política alemã, a começar pela complexidade crescente de formação dos futuros governos de coligação, e de novas coligações governamentais que gerariam um sistema partidário mais instável com decisões orientadas para o consenso mais difíceis de garantir. Ao mesmo tempo, nenhum outro partido vai considerar o AfD como um parceiro de coligação e, apesar de provável, não é inevitável que o partido seja reeleito para o Bundestag, uma vez terminadas a crise da zona euro e a crise dos refugiados.

A estabilidade política alemã – uma das características do seu sistema partidário do pós-guerra –, contudo, pode deixar de ser um dado adquirido. A atual dificuldade de criação de um governo pode ser demonstrativa de dificuldades pós-eleitorais no futuro, num sistema partidário cada vez mais fragmentado, assente numa volatilidade eleitoral acrescida e numa polarização ideológica marcante. Quanto mais partidos entrarem no Bundestag e quanto mais os grandes partidos perderem eleitores, mais difícil será a formação de coligações, e, conseqüentemente, a estabilidade das mesmas poderá estar comprometida. Esta mudança do sistema partidário alemão significa o fim da tradicional estabilidade política alemã, e o fim desse reflexo de estabilidade na Europa. **RI**

Data de receção: 29 de outubro de 2017 | Data de aprovação: 7 de dezembro de 2017

Patrícia Daehnhardt Investigadora do IPRI-NOVA e professora auxiliar em Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada. Tem um doutoramento em Relações Internacionais pela London School of Economics and Political Science.

A sua investigação centra-se na política externa da Alemanha, Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE e nas relações entre Estados Unidos, Rússia e Europa na ordem internacional. É autora de *A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico: Dinâmicas de Cooperação e Competição num Espaço Alargado* (com M. R. Freire; IUC, 2014) e de «Germany, the EU and a transforming domestic political arena» (in C. Bretherton e M. Mannin, eds. – *Contemporary European Politics: Transition and Europeanization*. Palgrave, 2013).

> IPRI-NOVA, Rua de D. Estefânia, 195, 5.º Dt.º, 1000-155 Lisboa | patricia.daehnhardt@ipri.pt

NOTAS

- 1** Para compreender como a crise da zona euro impactou sobre a evolução dos sistemas partidários europeus em termos de continuidade, renovação ou mudança, ver LISI, Marco (ed.) – *Party System Change, the Crisis and the State of Democracy in Europe*. Routledge (no prelo).
- 2** SUDDEUTSCHE ZEITUNG – «Die AfD hat von der Geringschätzung für den Osten profitiert». 26 de setembro de 2017. [Consultado em: 11 de outubro de 2017]. Disponível em: <http://www.sueddeutsche.de/politik/bundestagswahl-die-afd-hat-von-der-geringschaetzung-fuer-den-osten-profitiert.1.3682556>.
- 3** THE ECONOMIST – «The sick man of the euro». 3 de junho de 1999. [Consultado em: 14 de novembro de 2017]. Disponível em: <http://www.economist.com/node/209559#print>.
- 4** KUNDNANI, Hans – «Germany's (non-) election and what it means for Europe». In *German Marshall Fund*. 18 de setembro de 2017. [Consultado em: 11 de outubro de 2017]. Disponível em: <http://www.gmfus.org/commentary/germanys-non-election-and-what-it-means-europe>.
- 5** GAMMELIN, Kerstin – «Wie die FDP die Verhandlungen zur Europapolitik platzen ließ». In *Süddeutsche Zeitung*. 23 de novembro de 2017. [Consultado em: 29 de novembro de 2017]. Disponível em: <http://www.sueddeutsche.de/politik/jamaika-wie-die-fdp-die-verhandlungen-zur-europapolitik-platzen-liess-1.3763062>.
- 6** WEILAND, Severin – «Jamaika-Partner bei Eurohilfen zerstritten». In *Spiegel Online*. 15 de novembro de 2017. [Consultado em: 29 de novembro de 2017]. Disponível em: <http://www.spiegel.de/politik/deutschland/jamaika-jamaika-partner-bei-eurohilfen-zerstritten-a1178076.html>.
- 7** FRATZSCHER, Marcel – «Angela Merkel's new Germany». In *Project Syndicate*. 13 de novembro de 2017. [Consultado em: 15 de novembro de 2017]. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/merkel-germany-open-society-by-marcel-fratzscher-2017-11>.
- 8** ERLANGER, Steven – «Merkel's troubles may spell trouble for all of Europe». In *New York Times*. 21 de novembro de 2017. [Consultado em: 22 de novembro de 2017]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/11/21/world/europe/merkel-germany-european-union.html>; LARRES, Klaus – «Where now for Germany?». In *International Politics and Society*. 22 de novembro de 2017. [Consultado em: 23 de novembro de 2017]. Disponível em: <http://www.ips-journal.eu/storage/regions/europe/article/show/where-now-for-germany-2441/>.
- 9** As opiniões sobre a análise do papel do FDP divergem. As sondagens mais recentes apontam para uma perda de popularidade do líder liberal, Christian Lindner. WELT.DE – «FDP-Chef Lindner verliert dramatisch an Zustimmung». 8 de dezembro de 2017. [Consultado em: 9 de dezembro de 2017]. Disponível em: <https://www.welt.de/politik/deutschland/article171374591/FDP-Chef-Lindner-verliert-dramatisch-an-Zustimmung.html>.
- 10** KLEINE-BROCKOFF, Thomas – «Germany's coalition that couldn't and the mess it leaves». In *German Marshall Fund*. 20 de novembro de 2017. [Consultado em: 21 de novembro de 2017]. Disponível em: [http://foreignpolicy.com/2017/11/20/germany-has-plunged-into-unprecedented-political-chaos/](http://www.gmfus.org/blog/2017/11/20/germanys-coalition-couldnt-and-mess-it-leaves;HOCKENOS, Paul – «Germany has plunged into unprecedented political chaos». In <i>Foreign Policy</i>. 20 de novembro de 2017. [Consultado em: 21 de novembro de 2017]. Disponível em: <a href=).
- 11** JOFFE, Josef – «The beginning of the end of Chancellor Merkel». In *Politico Europe*. 21 de novembro de 2017. [Consultado em: 22 de novembro de 2017]. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/angela-merkel-christian-lindner-the-beginning-of-the-end-of-angela-merkel/>.
- 12** SZABO, Stephen – «Is Berlin becoming Weimar?». In *American Institute for Contemporary German Studies*. 20 de novembro de 2017. [Consultado em: 21 de novembro de 2017]. Disponível em: <http://www.aicgs.org/2017/11/is-berlin-becoming-weimar/>.
- 13** DEMPSEY, Judy – «Merkel enters the twilight zone». In *Carnegie Europe*. 30 de novembro de 2017. [Consultado em: 1 de dezembro de 2017]. Disponível em: <http://carnegieeurope.eu/strategieurope/74877>.
- 14** SONTHEIMER, K., e BLEEK, W. – *Grundzüge des politischen Systems der Bundesrepublik Deutschland*. Munique: Piper Verlag, 1998, pp. 199-243, p. 238.
- 15** KORTE, Karl-Rudolf – «Neue Qualität des Parteienwettbewerbs im "Superwahljahr"». In *Aus Politik und Zeitgeschichte*. Vol. 38, 2009, pp. 3-8. Disponível em: <http://www.bpb.de/apuz/31745/neue-qualitaet-des-parteienwettbewerbs-im-superwahljahr?p=all>.
- 16** PAPP, Franz U. – «The West German party system». In *West European Politics*. Vol. 7, N.º 4, 1984, pp. 7-26.
- 17** SONTHEIMER, K., e BLEEK, W. – *Grundzüge des politischen Systems der Bundesrepublik Deutschland*, pp. 199-243.
- 18** HEINZ, D., e HORNIG, E.-C. – «Catch-all politics under stress – Non-territorially defined parties and the quest for symmetry and compromise in territorial reforms». In *Central European Journal of Public Policy*. Vol. 6, N.º 1, 2012, pp. 4-25.
- 19** SMITH, Gordon – «West Germany and the politics of centrality». In *Government and Opposition*. Vol. 11, N.º 4, 1976, pp. 387-407.
- 20** POGUNTKE, Thomas – «Green parties in national governments: from protest to acquiescence?». In *Keele European Parties Research Unit, Working Paper 9*. 2001. [Consultado em: 29 de setembro de 2017]. Disponível em: <http://www.socio.ch/par/Poguntke.pdf>.
- 21** DEBUS, Marc – «Analysing party politics in Germany with new approaches for estimating policy preferences of political actors». In *German Politics*. Vol. 18, N.º 3, 2009, pp. 281-300.
- 22** HERNÁNDEZ, E., e KRIESI, H. – «The electoral consequences of the financial and economic crisis in Europe». In *European Journal of Political Research*. Vol. 55, N.º 2, 2016, pp. 203-224.
- 23** DECKER, Frank – «Follow-up to the Grand Coalition: the German party system before and after the 2013 federal elections». In *German Politics and Society*. Vol. 32, N.º 2, 2014, pp. 19-40.
- 24** Segundo uma análise da Infratest Dimap, o AfD recebeu votos de quase todos os partidos, à exceção de Os Verdes: da CDU recebeu mais de um milhão, do SPD recebeu mais de meio milhão, do Die Linke obteve 420 mil votos (SPIEGEL ONLINE – «Volksparteien laufen Wähler weg – AfD und FDP profitieren». 25 de setembro de 2017. [Consultado em: 25 de setembro de 2017]. Disponível em: <http://www.spiegel.de/politik/deutschland/wahlergebnisse-volksparteien-laufen-waehler-weg-afd-und-fdp-profitieren-a1169611.html>).
- 25** Dos eleitores do AfD, 60 por cento votaram no partido porque se sentem desiludidos com os outros partidos, e apenas 30 por cento porque estão convictos do seu programa (de.statista.com – «Warum die AfD drittstärkste Kraft wurde». In de.statista.com. 25 de setembro de 2017. [Consultado em: 29 de setembro de 2017]. Disponível em: <https://de.statista.com/infografik/11222/warum-die-afd-drittstaerkste-kraft-wurde/>).
- 26** Sobre o populismo, ver MULLER, Jan-Werner – *Was ist Populismus*. Suhrkamp Verlag, 2016; MUDDE, Cas, e KALTWASSER, Cristobal R. – *Populism: A Very Short Introduction*. Oxford University Press, 2017.
- 27** A volatilidade eleitoral referente aos dois grandes partidos, de acordo com uma análise da Infratest Dimap, ocorreu, quando comparada com a eleição de 2013, da seguinte forma. Dos eleitores que em 2013 votaram na CDU/CSU, 22 por cento votaram em 2017 noutro partido: nove por cento no FDP; seis por cento na AfD; quatro por cento no SPD; dois por cento n'Os Verdes; um por cento na Die Linke. Sessenta e um por cento votaram novamente na CDU/CSU. Dos eleitores que em 2013 votaram no SPD, 30 por cento votaram em 2017 noutro partido:

sete por cento na CDU/CSU; sete por cento n'Os Verdes; seis por cento no Die Linke; cinco por cento no FDP; cinco por cento no AfD. Cinquenta e três por cento votaram novamente no SPD [SPIEGEL ONLINE – «Volksparteien laufen Wähler weg – AfD und FDP profitieren»].

28 POGUNTKE, Thomas – «Towards a new party system: the vanishing hold of the catch-all parties in Germany». In *Party Politics*. Vol. 20, N.º 6, 2012, pp. 950-963.

29 MEYER, T., et al. – «The future of the SPD as a catch-all party». In *Friedrich Ebert Stiftung*, 2012, pp. 1-14; PATERSON, William E., e SLOAN, J. – «The SPD and the debacle of the 2009 German federal election: an opportunity for renewal». In *German Politics and Society*. Vol. 28, N.º 3, 2010, pp. 65-81.

30 GREEN, Simon, e TURNER. Ed (eds.) – *Understanding the Transformation of Germany's CDU*. Routledge, 2016.

31 DALTON, R. J. – «The quantity and quality of party systems». In *Comparative Political Studies*. Vol. 41, N.º 7, 2008, pp. 899-920. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414008315860>.

BIBLIOGRAFIA

DALTON, R. J. – «The quantity and quality of party systems». In *Comparative Political Studies*. Vol. 41, N.º 7, 2008, pp. 899-920. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414008315860>.

DEBUS, Marc – «Analysing party politics in Germany with new approaches for estimating policy preferences of political actors». In *German Politics*. Vol. 18, N.º 3, 2009, pp. 281-300. DOI: <https://doi.org/10.1080/09644000903055773>.

DECKER, Frank – «Follow-up to the Grand Coalition: the German party system before and after the 2013 federal election». In *German Politics and Society*. Vol. 32, N.º 2, 2014, pp. 19-40. DOI: <http://dx.doi.org/10.3167/gps.2014.320202>.

DECKER, Frank – «The "Alternative for Germany": factors behind its emergence and profile of a new right-wing populist party». In *German Politics and Society*. Vol. 34, N.º 2, 2016, pp. 1-16. DOI: <http://dx.doi.org/10.3167/gps.2016.340201>.

DEMPSEY, Judy – «Merkel enters the twilight zone». In *Carnegie Europe*. 30 de novembro de 2017. [Consultado em: 1 de dezembro de 2017]. Disponível em: <http://carnegieeurope.eu/strategieurope/74877>.

de.statista.com – «Warum die AfD drittstärkste Kraft wurde». In *de.statista.com*. 25 de setembro de 2017. [Consultado em: 29 de setembro de 2017]. Disponível em: <https://de.statista.com/infografik/11222/warum-die-afd-drittstaerkste-kraft-wurde/>.

32 DAEHNHARDT, Patrícia – «Tectonic shifts in the party landscape? Mapping Germany's party system changes». In LISI, Marco (ed.) – *Party System Change, the Crisis and the State of Democracy in Europe*.

33 SIEGEL, Nico A. – «Sehenden Auges: Die Große Zentrumscoalition und die asymmetrische Mobilisierung». In *infratest dimap*. 2017. Disponível em: https://www.infratest-dimap.de/fileadmin/user_upload/Grosse-Zentrumscoalition_NAS_2017.pdf.

34 HILL, Christopher, et al. – *Europe's Troublemakers: The Populist Challenge to Foreign Policy*. European Policy Center, 2016.

35 KORTE, Karl-Rudolf – «Was entscheidet die Wahl?». In *Aus Politik und Zeitgeschichte*. N.º 38-39, 2017, pp. 4-9. Disponível em: <http://www.bpb.de/apuz/255956/was-entscheidet-die-wahl-zu-themen-und-wahlmotiven-im-superwahljahr-2017?p=all>.

36 DECKER, Frank – «The "Alternative for Germany": factors behind its emergence and profile of a new right-wing populist party». In *German Politics and Society*. Vol. 34, N.º 2, 2016, pp. 1-16.

DIE WELT N24 – «So urteilt das Ausland über das Merkel-Schulz-Duell». 4 de setembro de 2017. [Consultado em: 29 de novembro de 2017]. Disponível em: <https://www.welt.de/politik/ausland/article168279193/So-urteilt-das-Ausland-ueber-das-Merkel-Schulz-Duell.html>.

ERLANGER, Steven – «Merkel's troubles may spell trouble for all of Europe». In *New York Times*. 21 de novembro de 2017. [Consultado em: 22 de novembro de 2017]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/11/21/world/europe/merkel-germany-european-union.html>.

FRATZSCHER, Marcel – «Angela Merkel's new Germany». In *Project Syndicate*. 13 de novembro de 2017. [Consultado em: 15 de novembro de 2017]. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/merkel-germany-open-society-by-marcel-fratzscher-2017-11>.

GAMMELIN, Kerstin – «Wie die FDP die Verhandlungen zur Europapolitik platzen ließ». In *Süddeutsche Zeitung*. 23 de novembro de 2017. [Consultado em: 29 de novembro de 2017]. Disponível em: <http://www.sueddeutsche.de/politik/jamaika-wie-die-fdp-die-verhandlungen-zur-europapolitik-platzen-liess-1.3763062>.

GREEN, Simon, e TURNER. Ed (eds.) – *Understanding the Transformation of Germany's CDU*. Routledge, 2016.

HEINZ, D., e HORNIG, E.-C. – «Catch-all politics under stress – Non-territorially defined parties and the quest for symme-

37 LEES, Charles – «The paradoxical effects of decline. Assessing party system change and the role of the catch-all parties in Germany following the 2009 federal election». In *Party Politics*. Vol. 18, N.º 4, 2012, pp. 545-562.

38 DIE WELT N24 – «So urteilt das Ausland über das Merkel-Schulz-Duell». 4 de setembro de 2017. [Consultado em: 29 de novembro de 2017]. Disponível em: <https://www.welt.de/politik/ausland/article168279193/So-urteilt-das-Ausland-ueber-das-Merkel-Schulz-Duell.html>.

39 THE ECONOMIST – «Charting a new German foreign policy». 16 de novembro de 2017. [Consultado em: 18 de novembro de 2017]. Disponível em: <https://www.economist.com/news/europe/21731403-american-retreat-and-european-disunity-are-forcing-germany-to-rethink-its-role-charting-new>.

40 Discurso de Martin Schulz no Congresso do SPD, 7 de dezembro de 2017. Disponível em: https://www.spd.de/fileadmin/Dokumente/Rede_n/2017_1207_Rede_Schulz.pdf. Consultado em: 8 de Dezembro de 2017.

try and compromise in territorial reforms». In *Central European Journal of Public Policy*. Vol. 6, N.º 1, 2012, pp. 4-25.

HERNÁNDEZ, E., e KRIESI, H. – «The electoral consequences of the financial and economic crisis in Europe». In *European Journal of Political Research*. Vol. 55, N.º 2, 2016, pp. 203-224. DOI: [10.1111/1475-6765.12122](https://doi.org/10.1111/1475-6765.12122).

HILL, Christopher, et al. – *Europe's Troublemakers: The Populist Challenge to Foreign Policy*. European Policy Center, 2016.

HOCKENOS, Paul – «Germany has plunged into unprecedented political chaos». In *Foreign Policy*. 20 de novembro de 2017. [Consultado em: 21 de novembro de 2017]. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2017/11/20/germany-has-plunged-into-unprecedented-political-chaos/>.

JOFFE, Josef – «The beginning of the end of Chancellor Merkel». In *Politico Europe*. 21 de novembro de 2017. [Consultado em: 22 de novembro de 2017]. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/angela-merkel-christian-lindner-the-beginning-of-the-end-of-angela-merkel/>.

KLEINE-BROCKOFF, Thomas – «Germany's coalition that couldn't and the mess it leaves». In *German Marshall Fund*. 20 de novembro de 2017. [Consultado em: 21 de novembro de 2017]. Disponível em: <http://www.gmfus.org/blog/2017/11/20/germanys-coalition-couldnt-and-mess-it-leaves>.

KORTE, Karl-Rudolf – «Neue Qualität des

- Parteienwettbewerbs im "Superwahljahr"». In *Aus Politik und Zeitgeschichte*. Vol. 38, 2009, pp. 3-8. Disponível em: <http://www.bpb.de/apuz/31745/neue-qualitaet-des-parteienwettbewerbs-im-superwahljahr?p=all>.
- KORTE, Karl-Rudolf – «Was entscheidet die Wahl?». In *Aus Politik und Zeitgeschichte*. N.º 38-39, 2017, pp. 4-9. Disponível em: <http://www.bpb.de/apuz/255956/was-entscheidet-die-wahl-zu-themen-und-wahlmotiven-im-superwahljahr-2017?p=all>.
- KUNDNANI, Hans – «Germany's (non-) election and what it means for Europe». In *German Marshall Fund*. 18 de setembro de 2017. [Consultado em: 11 de outubro de 2017]. Disponível em: <http://www.gmfus.org/commentary/germanys-non-election-and-what-it-means-europe>.
- LARRES, Klaus – «Where now for Germany?». In *International Politics and Society*. 22 de novembro de 2017. [Consultado em: 23 de novembro de 2017]. Disponível em: <http://www.ips-journal.eu/storage/regions/europe/article/show/where-now-for-germany-2441/>.
- LEES, Charles – «The paradoxical effects of decline. Assessing party system change and the role of the catch-all parties in Germany following the 2009 federal election». In *Party Politics*. Vol. 18, N.º 4, 2012, pp. 545-562. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354068810386841>.
- LISI, Marco (ed.) – *Party System Change, the Crisis and the State of Democracy in Europe*. Routledge [no prelo].
- MEYER, T., et al. – «The future of the SPD as a catch-all party». In *Friedrich Ebert Stiftung*, 2012, pp. 1-14.
- MUDDE, Cas, e KALTWASSER, Cristobal R. – *Populism: A Very Short Introduction*. Oxford University Press, 2017.
- MULLER, Jan-Werner – *Was ist Populismus*. Suhrkamp Verlag, 2016.
- PAPPI, Franz U. – «The West German party system». In *West European Politics*. Vol. 7, N.º 4, 1984, pp. 7-26. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402388408424495>.
- PATERSON, William E., e SLOAN, J. – «The SPD and the debacle of the 2009 German federal election: an opportunity for renewal». In *German Politics and Society*. Vol. 28, N.º 3, 2010, pp. 65-81. DOI: <http://dx.doi.org/10.3167/gps.2010.280304>.
- POGUNTKE, Thomas – «Green parties in national governments: from protest to acquiescence?». In *Keele European Parties Research Unit, Working Paper 9*. 2001. [Consultado em: 29 de setembro de 2017]. Disponível em: <http://www.socio.ch/par/Poguntke.pdf>.
- POGUNTKE, Thomas – «Towards a new party system: the vanishing hold of the catch-all parties in Germany». In *Party Politics*. Vol. 20, N.º 6, 2012, pp. 950-963. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354068812462925>.
- SCHULZ, Martin – Discurso no Congresso do SPD. 7 de dezembro de 2017. [Consultado em: 8 de dezembro de 2017]. Disponível em: https://www.spd.de/fileadmin/Dokumente/Reden/20171207_Rede_Schulz.pdf.
- SIEGEL, Nico A. – «Sehenden Auges: Die Große Zentrumskoalition und die asymmetrische Mobilisierung». In *infratest dimap*. 2017. Disponível em: https://www.infratest-dimap.de/fileadmin/user_upload/GrosseZentrumskoalition_NAS_2017.pdf.
- SMITH, Gordon – «West Germany and the politics of centrality». In *Government and Opposition*. Vol. 11, N.º 4, 1976, pp. 387-407. DOI: [10.1111/j.1477-7053.1976.tb00013.x](https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.1976.tb00013.x).
- SONTHEIMER, K., e BLEEK, W. – *Grundzüge des politischen Systems der Bundesrepublik Deutschland*. Munique: Piper Verlag, 1998, pp. 199-243.
- SPIEGEL ONLINE – «Volksparteien laufen Wähler weg – AfD und FDP profitieren». 25 de setembro de 2017. [Consultado em: 25 de setembro de 2017]. Disponível em: <http://www.spiegel.de/politik/deutschland/wahlergebnisse-volksparteien-laufen-waehler-weg-afd-und-fdp-profitieren-a1169611.html>.
- SUDEUTSCHE ZEITUNG – «Die AfD hat von der Geringschätzung für den Osten profitiert». 26 de setembro de 2017. [Consultado em: 11 de outubro de 2017]. Disponível em: <http://www.sueddeutsche.de/politik/bundestagswahl-die-afd-hat-von-der-geringschaetzung-fuer-den-osten-profitiert1.3682556>.
- SZABO, Stephen – «Is Berlin becoming Weimar?». In *American Institute for Contemporary German Studies*. 20 de novembro de 2017. [Consultado em: 21 de novembro de 2017]. Disponível em: <http://www.aicgs.org/2017/11/is-berlin-becoming-weimar/>.
- THE ECONOMIST – «The sick man of the euro». 3 de junho de 1999. [Consultado em: 14 de novembro de 2017]. Disponível em: <http://www.economist.com/node/209559#print>.
- THE ECONOMIST – «Charting a new German foreign policy». 16 de novembro de 2017. [Consultado em: 18 de novembro de 2017]. Disponível em: <https://www.economist.com/news/europe/21731403-american-retreat-and-european-disunity-are-forcing-germany-rethink-its-role-charting-new>.
- WEILAND, Severin – «Jamaika-Partner bei Eurohilfen zerstritten». In *Spiegel Online*. 15 de novembro de 2017. [Consultado em: 29 de novembro de 2017]. Disponível em: <http://www.spiegel.de/politik/deutschland/jamaika-jamaika-partner-bei-eurohilfen-zerstritten-a1178076.html>.
- WELT.DE – «FDP-Chef Lindner verliert dramatisch an Zustimmung». 8 de dezembro de 2017. [Consultado em: 9 de dezembro de 2017]. Disponível em: <https://www.welt.de/politik/deutschland/article171374591/FDP-Chef-Lindner-verliert-dramatisch-an-Zustimmung.html>.